



Conjuntura Cafeeira

PLÍNIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Defesa da Safra 1958-59

Com a publicação da exposição do Diretor do Dep. do Café, aprovada pela diretoria da S.R.B., damos o pensamento da tradicional Sociedade em relação aos problemas ligados à defesa da safra 1958/59.

1. Sem ser alarmante, é grave a situação em que nos vemos em relação ao café. A conjuntura comercial daquela produção básica da nossa exportação é de superprodução, isto é, iniciamos propriamente com a safra 1958-59 o ciclo de produção com largos excedentes dos suprimentos mundiais sobre a procura. A mais recente estimativa da FAS (Foreign Agriculture Service) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos é de 58.600.000 sacas para aquela safra das quais, deduzidas cerca de 8 milhões para o consumo interno dos países produtores, restam 50.600.000 sacas exportáveis para um consumo mundial previsto de 38 milhões de sacas.

De todas as produções a mais dinâmica é a brasileira e a qual representa cerca de 50% do total exportável. Pode-se mesmo dizer que a sua extraordinária capacidade de abastecimento, por efeito de incorporação de uma nova, externa e produtiva área que é a do Paraná, é que provocou o problema das exportações.

2. A produção «mida» da Colômbia e dos demais países hispano-americanos para o próximo ano agrícola mantem-se mais ou menos estacionárias num volume físico de café dentro das possibilidades de sua exportação. A produção africana, cujo aumento para a safra próxima se estima em taxa módica de acréscimo em relação à sua produção do último triênio, se encontra igualmente em situação comercial menos depressiva, assegurado seu escoamento pelos mercados «para-choques» e privilegiados das metrópoles (a França por exemplo recebeu, em 1957, 2.210.265 sacas de café de pouco mais de 3 milhões que constituiu a produção total de suas colônias) e pela expansão crescente do consumo do «solável» em cuja composição até 10% «robusta» como café neutro dá corpo sem alterar-lhe o gosto.

Nessa conjuntura de superprodução em que os cafés do Brasil num total mais volumoso que o das demais áreas em conjunto e com caráter residual em sua comercialização, é que se torna imperiosa a elaboração e execução de uma política firme e objetiva de café para eliminação de todas essas desvantagens de condições de mercado do nosso produto.

Quais os fundamentos ou diretrizes da política traçada pelo nosso governo? Não sabemos dizer e tudo indica, essa a nossa convicção, de que não tenha ela ainda sido traçada apesar de estarmos às portas da comercialização da nova safra.

3. A reunião da Junta Administrativa marcada para o dia 26 do mês passado, foi sucessivamente adiada, pa-

ra se iniciar afinal a 16 do corrente, por determinação do ministro da Fazenda para, como foi-nos afirmado pelo sr. presidente daquele órgão e Delegado Especial do Governo, «esperar o regresso do sr. presidente do I.B.C. que se encontrava em Nova York em negociações com representantes dos demais países cafeicultores americanos». Reuniu-se a Junta a 16 último, constituiu sua Comissão de Planejamento para elaboração do projeto do esquema cafeeiro para a safra entrante, da qual fomos escolhidos para presidente, chegamos, em diversas sessões, a estruturar esse trabalho sem que tivesse chegado às nossas mãos qualquer informação ou esclarecimento sobre o pensamento do governo em relação à comercialização daquela safra. Nem sequer foi-nos enviado, como enunciou o sr. presidente da República segundo noticiário da imprensa, o memorial dos srs. governadores dos Estados cafeicultores no qual se fixavam princípios fundamentais de defesa da cafeicultura, à base das reivindicações do sr. governador de São Paulo, expostos em objetiva e corajosa entrevista largamente divulgada no País. Não chegamos nem sequer saber o destino dado a esse importante documento que efetivamente constancia as aspirações mínimas da cafeicultura brasileira.

Esse o inexplicável silêncio do Governo, considerado por alguns dos nossos companheiros de representação como um descaço ao órgão supremo do I.B.C. ao qual cabe por lei traçar a defesa econômica do café, por outros, entre os quais nos incluímos, como resultado da inexistência de um pensamento definitivamente fixado pelo governo em relação aos graves problemas da safra entrante.

4. Procurou a Junta Administrativa, por deliberação unânime, provocar uma manifestação inequívoca do governo a respeito da política do café brasileiro a ser adotada para o ano comercial em cujas portas já nos encontramos. Adotou para isso as seguintes medidas: a) redigir um memorial ao sr. ministro da Fazenda, relatando-lhe os trabalhos já desenvolvidos pela Junta e solicitando-lhe uma definição do Executivo; e b) — não votar o esquema de defesa já elaborado pela Comissão de Planejamento sem essa manifestação. Animava-nos também e sobretudo a elaboração de um trabalho definitivo em cooperação com o governo que se ressentiu, e constituiu isso o fundamento de seu veto, com a resolução anterior da Junta fixando uma política de preços sem a audiência «das demais autoridades do governo, responsáveis pela política econômico-financeira do País.» Coube-nos, por deliberação unânime da

Junta, a redação do memorial e sua apresentação ao sr. Ministro José Maria Alkmin.

A mais larga divulgação dada a esse documento por toda imprensa brasileira dispensa sua transcrição neste relatório. O memorial foi entregue pessoalmente ao sr. Ministro na tarde do dia 19 no próprio Ministério com a presença de todos os membros da Junta. S. Excia., depois de várias e extensas considerações, fazendo sentir sobretudo a necessidade de amparar os legítimos e permanentes interesses da cafeicultura, prometeu-nos reunir imediatamente os órgãos técnicos de seu Ministério e sobretudo a presidência do I.B.C. para estudo do memorial e consequente apresentação de suas considerações à Junta.

Não podíamos reclamar mais. Soubemos que na noite desse mesmo dia reuniram-se, no seu apartamento, os srs. José Maria Alkmin, Paulo Guzzo e Lucas Lopes, indigitado sucessor do sr. Alkmin no Ministério da Fazenda. Afinal, pouco depois das 11 horas da manhã seguinte convocou-nos o sr. presidente da Junta Administrativa para «importante comunicação» que consistiu em dizer-nos que estava autorizado pelo sr. Ministro a comunicar-nos o seguinte: a) que o sr. José Maria Alkmin era demissionário; b) que, como Ministro demissionário que era, se abstinha de tomar qualquer atitude a respeito da futura política cafeeira cujos estudos e resoluções deveriam ser procedidos por seu sucessor.

Foi, como era de se esperar, forte a decepção no seio dos representantes da cafeicultura na Junta Administrativa. Afinal, a administração pública não pode sofrer solução de continuidade principalmente em assuntos tão importantes e urgentes como os relativos ao café.

Diante dessa comunicação, decidiu a Junta a suspensão de seus trabalhos para reiniciá-los na próxima 4.ª feira, quando então reiteraremos ao novo Ministro da Fazenda novo apelo a uma definição clara do Executivo em relação à política do café para a próxima safra.

5. O projeto já aprovado pela Comissão de Planejamento está calcado nas sugestões por nós apresentadas que foram aprovadas com as seguintes modificações: a) rejeição do artigo em que propunhamos a liberação sem restrições dos cafés preferenciais de bebida mole; c) ser a opção do produtor pela venda dos cafés da série «Excedentes» ou pela retenção estabelecida no Regulamento de Embarques como propuzemos, mas de resolução da Junta.

Nesse projeto estão fixados os principais objetivos pelos quais se bate a produção: 1) — melhoria da qualidade do produto mediante a eliminação dos resíduos e escolhas como bebida (quota de expurgo); 2) — aquisição dos cafés da Série Excedente, na proporção de 30%, por preços justos na área de produção (eliminação da «quota de sacrifício»); 3) — estabelecimento de uma política de preços mínimos para a quota de mercado (60% da safra) conjugada com a política de financiamento para evitar o monopólio por parte do I.B.C.; 4) — garantia de preço de exportação em cruzeiros em níveis compensadores para toda safra, mediante razoável critério de compra das cambiais de exportação a ser adotada pelo governo.

6. Sr. Presidente, trazemos do contacto que tivemos com as autoridades responsáveis pela condução da política